

01870-2004-000-03-00-1 AR

Data de Publicação: 02-09-2005

Órgão Julgador: 2a Seção Espec. de Dissídios Individuais

Relator: Maria Lúcia Cardoso de Magalhães

EMENTA: AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACORDO JUDICIAL - LIMITAÇÃO TEMPORAL DA CONSTATAÇÃO DE OBSERVÂNCIA OU NÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER PACTUADAS JUDICIALMENTE - 1 - Tendo as partes celebrado acordo judicial estabelecendo a possibilidade de execução da multa diária pactuada a cada vez que for constatada o descumprimento das obrigações de fazer e não fazer objeto do acordo, este deve ser cumprido tal como livremente pactuado, não comportando a "res judicata" interpretação restritiva de forma a permitir a extinção da demanda, com o arquivamento dos autos por ter a multa decorrente dos descumprimentos até então verificados sido regularmente quitada. 2 - Esse posicionamento encontra respaldo na própria razão de ser da Ação Civil Pública, por se tratar de ação que tem por escopo a obtenção de provimento jurisdicional de natureza inibitória dos atos suscetíveis de repetição, compelindo o demandado a cessar a prática ilegal verificada, não sendo passível de qualquer limitação e, assim, também por estes fundamentos, o compromisso assumido pela ré no acordo homologado deve vigorar por prazo indeterminado, vez que uma das utilidades e objetivos da ação civil pública é o de resguardar não só direitos ou interesses difusos e coletivos presentes como também os futuros. 3 - Ação Rescisória que se julga procedente para expungir do v. acórdão rescindendo a extinção definitiva do feito, mantendo íntegro o acordo homologado de forma a possibilitar novas constatações de seu cumprimento ou descumprimento.